

**BRASIL E A ZOPACAS: PROJEÇÃO DE PODER OU COOPERAÇÃO  
ESTRATÉGICA?**

**Rodrigo Milindre Gonzalez**

---

Mestrando em Estudos/PPGEEI-UFRGS  
rodrigo.milindre.gonzalez@gmail.com

Recebido em: 06 set. 2014  
Aceito em: 24 out. 2014

## RESUMO

O presente artigo busca analisar o papel do Brasil na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) para observar os interesses nacionais no Atlântico Sul. O trabalho baseara-se no estreitamento dos países litorâneos do Atlântico Sul nos últimos dez anos, baseados na Estratégia Nacional de Defesa (END), Livro Branco de Defesa (LBDN) e a Política Nacional de Defesa (PND). Com o objetivo de estabelecer uma zona não militarizada por parte de Estados externos e a não proliferação nuclear, ademais das ameaças não estatais a segurança, ZOPACAS emana destes pilares. Para a arquitetura do trabalho, este se divide em três partes, na qual a primeira apresentara o conceito de ZOPACAS e a importância do mesmo, posteriormente na segunda parte, se apresentara as perspectivas de Alfred Tayer Mahan e de Barry Posen, para a aplicabilidade teórica na projeção de poder para por fim, na terceira parte, analisar se é uma projeção de poder na região do Atlântico Sul ou apenas cooperação estratégica.

**Palavras-chave:** ZOPACAS, segurança internacional, Atlântico Sul, Estado, ameaças.

## ABSTRACT

This paper analyzes the role of Brazil in the Peace Zone and South Atlantic (ZPCSA) Cooperation for observing national interests in the South Atlantic. The work had based on the narrowing of the coastal countries of the South Atlantic in the last ten years, based on National Defense Strategy (END), the Defense White Paper (LBDN) and the National Defense Policy (NDP). Aiming to establish a non-militarized zone by foreign states and nuclear non-proliferation, addition of non-state security threats, ZPCSA emanates from these pillars. For the architecture of the work, it is divided into three parts, in which the first had introduced the concept of ZPCSA and the importance of it later in the second half, had presented the prospects of Alfred Mahan Tayer and Barry Posen, for theoretical applicability power projection to finally, in the third part, examine whether it is a projection of power in the South Atlantic region or just strategic cooperation.

**Key-words:** ZOPACAS, international security, South Atlantic, States, threats.

## 1 INTRODUÇÃO

A crescente interligação entre os países trouxe consigo a capacidade de que alguns atores estatais possam se destacar e num determinado grupo, alguém executa a liderança do mesmo. Nesta linha, o presente trabalho busca analisar a atuação do Brasil na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS, com o fim de observar se a participação do país é apenas uma cooperação estratégica com os demais membros ou uma projeção de poder.

Baseado na perspectiva teórica do conceito de Comando dos Comuns elaborada por Barry Posen em 2003 e na teoria marítima de Alfred Tayer Mahan construída em 1890, as duas linhas de estudo permitirão conduzir o estudo. Aliado a isto, as recentes modernizações capitaneiam a ascensão do Brasil no grupo e também, entre as potências regionais, já que, com equipamentos capazes de confrontar as novas ameaças, o alcance do armamento é maior e na mesma proporção, o destaque do país na região o qual está inserido.

## 2 ZOPACAS: HISTÓRIA, IMPORTÂNCIA PARA A REGIÃO E O BRASIL

A ZOPACAS foi criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1986 através da iniciativa brasileira de criar uma zona de paz e cooperação foi um claro esforço em buscar um regime de coordenação política no Atlântico Sul. A sigla é formada pelos países banhados pelo Oceano Atlântico, tanto da América do Sul: Argentina e Uruguai, quanto da África: África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo<sup>1</sup>.

A criação de uma zona de cooperação acontece num período de bipolaridade no mundo, na qual imperava a desconfiança. Enquanto observava-se uma corrida bélica entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Atlântico Sul desfrutava de ser um espaço distante do conflito, na qual, apenas era utilizado para navegação comercial, principalmente para o transporte de petróleo, o qual era dominado pelas potências ocidentais. A iniciativa se produz por duas vias, a primeira é que estes países repudiam uma militarização da região por parte das grandes potências, como também, uma área livre de armamentos nucleares e de destruição em massa. Por outro lado, se tem a URSS, já que o bloco apoiava alguns países nos quais ascenderam ao poder, governos pro-marxistas, portanto, tanto por um lado como pelo outro poderia ser iminente a presença militar para conter avanços mútuos.

A importância da existência de um espaço não-militarizado torna-se crucial num contexto no qual, grandes potências se fazem presentes na região. A interferência de outros países externos a região pode produzir atitudes pendulares, as quais impactam na relação política dos países que compõe a ZOPACAS, notadamente, o temor que pairava no período da bipolaridade afastou-se, mas a presença das grandes potências continuou. O Estado britânico, aliado estratégico dos EUA, possui territórios ultramarinos no Atlântico Sul os quais garantem um controle das rotas comerciais marítimas na região e ainda, nesta égide, torna-se notória a reativação da IV Frota, mais precisamente no ano de

---

<sup>1</sup> Informação disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-aimprensa/participacao-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-na-vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-2013-montevideu-14-a-16-de-janeiro-de-2013> - acessado em 27/06/2014

2008<sup>2</sup>, a qual se justifica nas seguintes afirmações, proferidas pelo Chefe Administrativo de Operações Navais da Marinha dos Estados Unidos, Almirante Gary Roughead:

- a) A Reconstituição da Quarta Frota reconhece a imensa importância da segurança marítima na parte sul do Hemisfério Ocidental, e envia um sinal forte para todos os serviços marítimos civis e militares na América Central e América Latina, [...]
- b) Alinhar a Quarta Frota, juntamente com nossas outras frotas numeradas e fornecer os recursos e de pessoal são uma execução lógica da nossa nova estratégia marítima". Informação disponível em: <[http://www.navy.mil/submit/display.asp?story\\_id=36606](http://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=36606)>. Acessado em: 02 de jun. 2014.

Notadamente, a área possui um interesse perante outros países, principalmente os acima citados, no qual, para fins estratégicos, a região concentra a passagem do sul para o norte do mundo, ademais, agregam-se a este fator, as reservas energéticas contidas nas plataformas continentais dos países membros e o anseio destes, para expandi-las, principalmente no caso do Brasil, as grandes reservas de gás e petróleo, das quais, o país extrai cerca de 70% da exploração brasileira ocorrem na plataforma continental<sup>3</sup>.

Raymond Aron apresenta uma perspectiva sobre a importância do espaço marítimo. O autor afirma que o espaço pode ser considerado como meio, teatro e objetivo da política externa das nações<sup>4</sup>. No que concerne ao mar, o mesmo não pode ser apropriado por um Estado, entretanto, alguns meios garantem o seu controle. Neste sentido, a ZOPACAS proporciona um fórum de diálogo cooperativo sem a interferência de outros Estados externos à zona, se avaliado na importância estratégica do uso do mar.

Portanto, a região demonstra conotação decisiva para a atuação dos países membros, retirando o Brasil desta análise, a ZOPACAS surge como palco de diálogo daqueles que não possuem influência no cenário externo, não significa isto, menosprezar os países membros e catalogar o Brasil como o único articulador, mas, a influência exercida pelos demais membros nos demais fóruns multilaterais é menor que no âmbito regional, por isto, a unificação de objetivos através de um único fórum com fins de defesa, torna importante o papel do mesmo no campo estratégico dos demais membros.

Ainda nesta linha, avaliando o lado sul-americano da ZOPACAS, notadamente o Brasil desponta nas suas capacidades de defesa, nisto, o fórum de diálogo analisado torna-se muito importante para a Argentina e para o Uruguai. No primeiro país respectivamente, a questão da soberania das Ilhas Malvinas ainda é latente no embate com o Reino Unido, a busca por um diálogo para reivindicação da soberania das ilhas e de uma repudia a presença britânica da região, lhe proporcionam a Argentina um fórum o qual lhe confere apoio na demanda soberana<sup>5</sup>. No caso do Uruguai, o país não possui disputas com nenhuma outra nação, no entanto, ainda é recente a busca por recursos energéticos na plataforma continental e um fórum nos quais outros países buscam a

<sup>2</sup> A IV Frota possui um destaque administrativo, já que a mesma realiza operações em conjunto com os Estados latino-americanos.

<sup>3</sup>SILVA, Alexandre Pereira da. **Brasil e Canadá na Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar**: os esforços brasileiros e canadenses para aumentarem suas plataformas continentais. Política Hoje (UFPE. Impresso), v. 21, p. 291-325, 2012.

<sup>4</sup>REIS, R. G. G.; ALMEIDA, F. E. A.; **FRANÇA, Tereza Cristina N.**; AGUILAR, S. L. C.; CRUZ JUNIOR, A. S.; FERREIRA, M. M. A.; GONCALVES, A.; GRANZIERA, M. L. M.; COSTA, J. A. F.; SOLA, F.; MORE, R. F.; REI, F. C. F. ; BARBOSA JUNIOR, I. ; WIESEBRON, M. L.. Nas águas das relações internacionais: o oceano como meio, teatro e objetivo dos estados. In: MORE, Rodrigo Fernandes; BARBOSA JÚNIOR, Iques. (Org.). Amazônia Azul: política, estratégia e direito para o Oceano do Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: SaG Serv, FEMAR, 2012, v. , p. 55-77.

<sup>5</sup> Informação disponível em: <http://eurug.cancilleria.gov.ar/content/zopacas-foro-malvinas-present%C3%B3-una-declaraci%C3%B3n-las-delegaciones> – acessado em 19/06/2014

ampliação da soberania, lhe permite buscar apoio nos fóruns de discussão, como a Comissão de Limites da Plataforma Continental.

No contexto africano, a ZOPACAS, novamente, torna-se um fórum multilateral, mas que permite que os países membros se alinhem em algumas questões mais com o sul, de que com o norte. Notadamente, a zona permite ao continente, ter uma voz mais contundente nos demais fóruns, ainda, quando há presente neles, países com relevância nestes diálogos externos, como o Brasil e ainda, destacam-se as cooperações militares realizadas, principalmente com o Brasil.

A exclusão anterior do Brasil na análise possui uma lógica, primeiramente, porque é o foco do estudo do presente artigo, e em seguida, porque o país traçou estratégias, tanto diplomáticas quanto militares com a frente sul-americana e com a africana. Quando avaliado o lado das Américas, o país traçou a busca por uma integração tanto no diplomático quanto no militar, no primeiro traço, claramente desponta a busca pelo ganho através do comércio e ferramentas como o MERCOSUL, ademais da presença privada brasileira na Argentina e no Uruguai. No segundo traço há uma notada pareceria militar no que tange a operações de paz, no caso uruguaio, a colaboração nas missões no Haiti e no Congo. Já no caso argentino, um discurso alinhado no caso das Ilhas Malvinas os mantém integrados e a busca por uma doutrina militar conjunta, ademais da execução de exercícios militares entre os dois países.

Já na visão africana, o país alinha uma diplomacia direcionada para o continente. Avaliado no lado do Itamaraty, o Brasil não poupou esforços para aproximar-se do continente, aumentando o efetivo diplomático no continente e abertura de escritórios do Ministério das Relações Exteriores, ainda, preconizou áreas como educação na concessão de bolsa e auxílio técnico no âmbito da agricultura e ademais, o auxílio a desenvolver uma infraestrutura através das empreiteiras do continente, no contexto militar, intercambio entre marinhas e o desenvolvimento conjunto de um míssil com a África do Sul.

Em síntese, o Brasil aproveitou muito mais o componente cooperação do que outros países. Produziu ações com o fim de se aproximar do continente e buscou integrar ações da Marinha, instrução e ensino. Ainda no campo de defesa, buscou a realização de exercícios navais com o objetivo de coibir a pirataria marítima no Atlântico Sul<sup>6</sup> e ainda, auxilia no patrulhamento no litoral dos países africanos. No campo técnico, o país com base na experiência adquirida através do Levantamento da Plataforma Continental – LEPLAC<sup>7</sup> coopera com as nações que buscam expandir sua soberania até 350 milhas marítimas com base na aplicação Art. 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar<sup>8</sup>.

Nesta linha, denota-se que a ZOPACAS possui relevância para todos os países membros, no entanto, apenas o Brasil soube utilizar de maneira estratégica, a presença desses países no fórum, no entanto, restam assimetrias entre todos os membros e no

---

<sup>6</sup>Informação disponível em:

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/05/130513\\_pirataria\\_africa\\_brasil\\_jf\\_1k.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/05/130513_pirataria_africa_brasil_jf_1k.shtml) - acessado em 10/06/2014

<sup>7</sup>O **Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)** é o programa do Governo Brasileiro, instituído pelo Decreto nº 98.145/1989, cujo objetivo é estabelecer, no seu enfoque jurídico, o limite da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM).

<sup>8</sup>Em seu artigo 76, a CNUDM estabelece: “a plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre” Os Estados Costeiros podem apresentar suas propostas de limite exterior até 13 de maio de 2009. Brasil depositou sua proposta, junto ao Secretário da Organização das Nações Unidas, em 17 de maio de 2004.

campo africano, alguns países sofrem de instabilidades políticas. A zona cumpre seu objetivo no que tange a não militarização e proliferação de armas nucleares, mas, deve haver um líder, algum país que projete poder e assuma a ponta no arranjo multilateral criado na ONU.

### 3 DE MAHAN A POSEN, A APLICABILIDADE TEÓRICA NA PROJEÇÃO DE PODER

Toda ação de um Estado, pode ser explanada mediante uma teoria, as ações não ocorrem de maneira não planejada ou que por trás, tenha um embasamento teórico. Quando observadas as bases teóricas que fundamentam as ações dos Estados, principalmente no campo militar, observa-se que estas podem ser avaliadas sobre o escopo geopolítico e também por um enfoque realista, e pode aplicar-se num país em desenvolvimento, e no caso, numa potência regional.

Na observação geopolítica, as diretrizes de pensamento de Alfred Tayer Mahan na obra *The Influence of Sea Power upon History* ainda se mantém. Sua tese parte do princípio de que “aquele que comandasse o mar, comandava todas as coisas”<sup>9</sup>. Nesta perspectiva, o autor mostrou que a Inglaterra, mesmo com um mínimo de poder terrestre, mas com uma forte frota marítima, tornou-se uma grande potência mundial. Em si, a via para que os EUA se tornassem uma potência e projetar seu poder era através de uma planificação de distribuição das forças navais norte-americanas, isto, permitiria estabelecer um controle das rotas marítimas.

No pensamento do autor, a corrida imperialista empreendida pelas potências europeias na última década do Sec. XIX poderia tornar-se empecilho para os EUA, caso este não participe da empreitada. Na tese do Mahan, o fortalecimento da força naval, ou seja, a projeção de força seguindo o pensamento do autor permitiria ao país criar uma nova esfera de influência o qual se traduziria na abertura de mercados para os produtos do país. Isto explica a atual configuração das frotas norte-americanas, as quais lhe permitem projetar poder em várias frentes.

Se avaliar a perspectiva teórica do Barry Posen, através da obra *Comando dos Comuns (Command of the Commons)*, observara-se que ademais do fator naval como projeção de poder, o domínio quase absoluto do controle do espaço (órbita terrestre) e a supremacia aérea acima dos 15 mil pés na região que atuar. A manutenção destas áreas lhe permite aos EUA a supremacia perante outras potências que incrementam seu orçamento para alcançar o comando dos espaços, nesta lógica, a hegemonia do país mantém firme desde que, esta seja mantida.

No tocante ao comando do espaço, o envolvimento bélico no sec. XXI dos EUA provou esta tese, já que o país alinhou as três premissas do Posen nos seus envolvimento no Oriente Médio, principalmente para a manutenção do seu poder e influência na região. Com o progresso tecnológico no campo militar, o desenvolvimento de aeronaves não tripuladas, denominadas de Drones, aprimorou e ampliou a capacidade de manutenção do espaço, principalmente na capacidade de atuação simultânea do equipamento em várias frentes.

Nesta lógica, o princípio de comando dos comuns de Posen adéqua-se com o progresso tecnológico mencionado anteriormente. O desenvolvimento de equipamentos que demandem uma menor quantidade de efetivo para a sua atuação pode permitir aos EUA manter a sua hegemonia principalmente nos locais os quais apresentam instabilidade à segurança. Nesta linha, a manutenção da hegemonia e de projeção de poder se mantém através da arquitetura de alianças que lhe permitam ao país, neste caso

---

<sup>9</sup> HEINSFELD, Adelar. 2008, p. 33.

aos EUA, armazenar equipamentos e suprimentos necessários para o emprego e uso da força<sup>10</sup>.

O uso das duas perspectivas aplica-se no tema central deste trabalho. Se avaliado pela visão de Mahan, o Brasil executou as estratégias apreciadas na obra do geopolítico, já que, uma expansão ao Atlântico em direção a África, lhe permitiu a inserção comercial nestes mercados, apenas altera os objetivos brasileiros, já que o país busca tornar-se o líder e estabelecer novas parcerias econômicas. Já na aplicabilidade do conceito de domínio do espaço, o Brasil busca este pilar teórico, na observação dos três pilares do conceito de Posen, a modernização da força executada pelo país pode alcançar o domínio do espaço se avaliado diante das capacidades dos demais membros da ZOPACAS.

Em síntese, o controle do espaço permite a projeção de poder de um Estado sobre uma determinada região, no entanto, diferencia-se este domínio do espaço entre EUA e o Brasil, já que o país sul-americano não busca alcançar ser hegemônico e nem uma grande ou superpotência a diferença, no entanto, na aplicabilidade do conceito, o país tende a obter a supremacia no Atlântico sul diante da modernização que está sendo executada nas forças armadas.

#### **4 BRASIL E A ZOPACAS: PROJEÇÃO DE PODER OU COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA?**

O discurso do Brasil perante aos países que compõe a ZOPACAS e para outros países do continente, é que não há um almejo de tornar-se uma grande potência e nem de exercer um papel imperialista na região, notadamente, isto é evidenciado nas esferas diplomáticas para nortear a relação do Brasil com seus pares sul-americanos e com os países africanos, no entanto, em certa medida, evidencia-se uma atuação diplomática que busca projetar a força brasileira entre os países em desenvolvimento.

No entanto, o presente artigo não busca discutir a atuação do Itamaraty nos países do Atlântico sul, mas, há um engajamento numa diplomacia militar no Atlântico Sul<sup>11</sup> e prova disto é a aproximação militar brasileira nos países africanos como Namíbia e Angola. O país busca estabelecer na África, parcerias que permitam a presença das empresas da base industrial de defesa para ampliar o mercado destas, ou seja, tecnologia de defesa brasileira nos demais membros da ZOPACAS por parte africana<sup>12</sup> e ainda, o desenvolvimento de armamentos em conjunto com a África do Sul para uso nos novos caças Gripen NG<sup>13</sup>, sendo que o país africano já possui estes aviões. Até nesse contexto, pode ser compreendida a relação do Brasil com a região como uma cooperação estratégica e a transferência de tecnologia no caso sul-africano demonstra claramente isso, eliminando a dependência de adquirir tecnologia de outros países que não integrem a ZOPACAS.

No entanto, a modernização da força tornou-se crucial num cenário onde as ameaças podem variar de estatais para não estatais, isto se evidencia nas novas realidades e a Estratégia Nacional de Defesa, apontada pelo ministro da defesa do Brasil:

Em geral, nas últimas décadas, fomos poupados de grandes conflitos de escala global, mas nunca podemos ter certeza de que eles não voltarão a ocorrer. Mesmo que não sejam catastróficos, como se pensava na Guerra Fria, pode haver

<sup>10</sup> DUARTE, E. E. **Military Power, Financial Crisis and International Security Panorama in the 21st Century**. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 2, p. 11-46, 2013.

<sup>11</sup> BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. 2011, p. 35

<sup>12</sup> Informação disponível em: <http://www.defesenet.com.br/defesa/noticia/9715/Ministro-da-Defesa-viaja-a-Africa-para-ampliar-cooperacao-com-Angola-e-Namibia/> - acessado em 01/07/2014

<sup>13</sup> Informação disponível em: <http://www.segurancaedefesa.com/a-darter.html> - acessado em 01/07/2014

outro tipo de conflito. E temos que cuidar dos nossos recursos, dos nossos interesses. AMORIM, Celso. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Brasília, 2012.

Assim o Ministro enfatiza a importância da modernização das forças de defesa nacional para fazer frente aos novos desafios

É algo realmente muito urgente, muito importante. A necessidade de defesa da Amazônia, das fronteiras, mas também da Amazônia Azul, ou das águas jurisdicionais brasileiras, impõe que nós tenhamos uma aviação de caça adequada. E a compra da Aeronáutica é o primeiro passo. Idem, 2012.

Nestas duas afirmações do Ministro Celso Amorim, destaca-se a importância do espaço marítimo brasileiro e as ações que estão sendo realizadas. A Estratégia Nacional de Defesa vem ao encontro dos novos desafios que o país pode enfrentar. Nesta ação, o Estado brasileiro precisa estar preparado para estes novos desafios. Por isto, em matéria de defesa marítima, a Estratégia define quatro objetivos no que tange ao papel da Marinha do Brasil, dos quais se destacam três: "(a) defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas; (b) defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras; (c) prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio"<sup>14</sup>.

Em resposta disso, o Brasil, através da Marinha do Brasil elaborou o Plano de Articulação e Equipamento<sup>15</sup>, o qual apresenta as necessidades da força até 2031, e que inclui a fabricação ou aquisição de 15 submarinos de propulsão diesel-elétrica e seis de propulsão nuclear, dois navios-aeródromo (porta-aviões), quatro navios de propósitos múltiplos, 30 navios-escolta, 12 navios-patrolha oceânicos e 46 navios-patrolha de menor porte<sup>16</sup>, ademais de outros equipamentos relacionados com a defesa da soberania nacional no mar, construídos no Brasil. Este programa é um dos maiores investimentos em defesa, posicionando assim o país num patamar de capacidade militar importante, apenas no setor marítimo.

Ainda em matéria de modernização militar, destaca-se a parceria bilateral entre o Brasil e a França para a construção de quatro submarinos da classe *Scorpène*<sup>17</sup>, sendo três de propulsão convencionais e um dotado de reator nuclear, sendo este, o primeiro do país a possuir este tipo de propulsão. O acordo entre os dois países enfatiza-se pelo fato da transferência de tecnologia a qual permite ao país, a posterior construção de novos submarinos de forma autônoma<sup>18</sup>.

Também possui ênfase a construção de um sistema integrado de proteção da Amazônia Azul, denominado de Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)<sup>19</sup>. O mesmo está composto por aeronaves, radares fixos e veículos aéreos não tripulados (VANT)<sup>20</sup>, e também a modernização das comunicações militares para incrementar o conhecimento nacional sobre o ambiente marítimo e através de um sistema de monitoramento, realizar prontamente o posicionamento de operativos que venham a

<sup>14</sup> BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2008, p. 20

<sup>15</sup> O Plano de Articulação e Equipamentos está sendo executado, o primeiro submarino da classe *Scorpene* será entregue no ano que vêm e 4 navios de patrulha oceânica, já integram a Marinha do Brasil.

<sup>16</sup> Informação disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/2011/01/20/paemb-plano-de-articulacao-e-equipamento-da-marinha-do-brasil/> - acessado em 08/06/2014

<sup>17</sup> O submarino classe *Scorpène*, fabricado pela francesa DCNS é um dos mais modernos equipamentos navais existentes, já que a sua hidrodinâmica lhe permite ser silencioso e atuar a uma profundidade de 300 metros. Informação disponível em: <http://www.militarypower.com.br/frame4-armas39.htm> - acessado em 01/06/2014

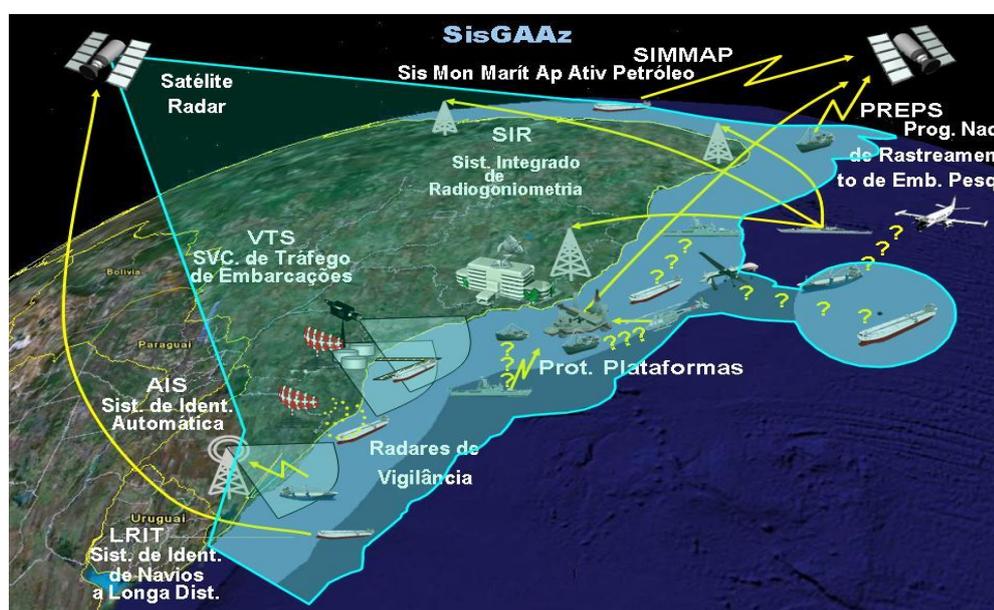
<sup>18</sup> Informação disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2011/07/marinha-anuncia-producao-de-submarinos-com-tecnologia-francesa> - acessado em 01/06/2014

<sup>19</sup> BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2011, p. 71

<sup>20</sup> Informação disponível em: <http://www.mar.mil.br/paemb/paemb.html> - acessado em 08/06/2014

produzir uma crise ou emergência na soberania marítima nacional, assim como demonstrado na figura abaixo:

Figura 1



Alia-se neste investimento, a recente aquisição de 32 caças através do programa FX-2, resultando na escolha da aeronave sueca, fabricada pela Saab, o Gripen NG representa um salto para a defesa nacional no ar e maior alcance da força na soberania brasileira no Atlântico Sul, o acordo prevê a transferência de tecnologia para o país o qual permitirá integrar outros equipamentos de defesa ao Gripen NG, e o desenvolvimento de componentes fabricados no país os quais serão instalados na aeronave, além de, o caça ser produzido no Brasil.<sup>21</sup>

Nesta perspectiva, o Estado nacional está desenvolvendo ações que visam à proteção deste patrimônio, iniciativas como a Estratégia Nacional de Defesa a qual traça a estratégia nacional de proteção a nível militar e o Livro Branco da Defesa Nacional o qual apresenta os principais objetivos da defesa nacional, são amostras de que o país não fica aquém das atuais ameaças a estabilidade e a paz internacional.

Além disto, em matéria de defesa marítima, a END define quatro objetivos no que tange ao papel da Marinha do Brasil, dos quais se destacam três: "(a) defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas; (b) defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras; (c) prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio"<sup>22</sup>.

Alguns dos projetos executados e dos equipamentos adquiridos já estão em processo de fabricação e outros foram já integrados a força, como os navios de patrulha Oceania. Os recentes investimentos detalhados apresentam uma clara demonstração do país em se firmar de maneira militar como líder na região, mesmo sendo o Brasil este líder em matéria comercial. As modernizações realizadas não limitam-se a apenas um setor da força, nota-se que a inovação envolveu as duas frentes envolvidas no Atlântico Sul: Mar e Ar.

A clara projeção de poder na ZOPACAS denota-se do fato que apenas o Brasil realizou um massivo investimento em defesa nacional, principalmente no tangente a

<sup>21</sup> Informação disponível em: <http://www.gripenng.fab.mil.br/index.php/featured> - acessado em 01/07/2014

<sup>22</sup> BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2008, p. 20

defesa e proteção da soberania nacional na Plataforma Continental, os demais países, mesmo possuindo equipamentos de defesa, não realizaram massivos investimentos nesta área, apesar da Argentina vivenciar uma disputa até o momento via diplomática com o Reino Unido pelas Ilhas Malvinas, não realizou um incremento da força.

Neste contexto, não foi avaliado importância econômica dos países membros da ZOPACAS, nem PIB ou investimento individual em defesa. Entretanto, é visível a disparidade que será produzida, em matéria de força entre os membros da sigla, em si, mesmo havendo uma cooperação estratégica com os países e um amplo discurso direcionado para a África, o país exerce uma projeção de poder no Atlântico Sul.

A capacidade de resposta através da modernidade dos equipamentos é mais rápida que a dos demais membros, mesmo considerando as dimensões continentais do país. Mesmo o país não manifestando esta projeção e basear-se num discurso de cooperação e de relacionamento pacífico com seus pares estatais, e que se imprima uma visão de que as modernizações decorrem apenas das reservas energéticas na Plataforma Continental, a participação militar principalmente nas frentes africanas e a elaboração de uma estratégia na qual haja um destaque para as águas brasileiras, denotam a projeção de poder brasileira no Atlântico Sul.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando avaliado as capacidades do Brasil no momento em que o estágio de modernização da força estiver completo, denota-se que o país será detentor de uma capacidade que não se equipara aos vizinhos e nem aos membros da ZOPACAS, antes disto, observa-se já a força militar em decorrência de que alguns equipamentos já estão em operação e alguns, em breve, serão incorporados. Ainda, quando avaliado a entrada em operação dos SiSGAZ, a capacidade do país de projetar-se na região amplia-se, já que passa a ter um domínio através de várias frentes no Atlântico Sul.

Nesta linha, o Brasil realiza uma projeção de poder na região, o presente trabalho, não ponderou-se o valor respectivo do PIB para defesa, como também dados econômicos ou número de aviões, blindados e embarcações já que, superaria o dos países da ZOPACAS, mas sim, os recentes investimentos em defesa através da aquisição de novos equipamentos que permitam aumentar o alcance da força tanto na soberania nacional, quanto em outros espaços dentro do Atlântico Sul, principalmente no que tange a capacidade de projeção marítima do país.

Ainda, baseado no conceito de Posen, as modernizações da força lhe permitirão ao país exercer o comando do espaço, já que, avaliado pelas três vertentes do autor, a modernização naval através de novos submarinos e navios lhe concedem a projeção em nível marítimo para o Atlântico Sul, alia-se a isto, a futura implantação do satélite geoestacionário que integra o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul amplia a abrangência e domínio do espaço na parte sul do oceano o qual, permite o estabelecimento de ações conjuntas com o VANT adquirido pelas forças armadas e a aquisição de novas aeronaves com uma autonomia maior, lhe permitem alcançar o terceiro pilar do conceito comando dos comuns.

Por este fim, encontra-se que o Brasil mesmo realizando uma cooperação estratégica com alguns países da ZOPACAS, perante todos, exerce uma projeção de poder. Como mencionado anteriormente, as capacidades concentradas em matéria defensiva do país superam a dos demais membros, o que demonstra que o incremento da força, aquisição de novos equipamento e modernização de alguns se traduz numa clara projeção de poder no Atlântico Sul, assumindo assim, a liderança na região em matéria de tutela do espaço.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. (1. ed., 1962)
- BRASIL. Decreto nº. 6.703 de 18 de dezembro de 2008. **Estratégia Nacional de Defesa**. Paz e Segurança para o Brasil. Ministério da Defesa: Brasília.
- BRASIL. Decreto nº 7.438, de 11 de fevereiro de 2011. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Ministério da Defesa: Brasília
- CAROLI, Luiz Henrique. 2010. **A Importância Estratégica do Mar para o Brasil no Século XXI**. CEE-ESG 9, 117-157, 2010.
- DUARTE, E. E. . **Military Power, Financial Crisis and International Security Panorama in the 21st Century**. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 2, p. 11-46, 2013.
- DUBESSET, Eric. **Hegemonía estadounidense post-11 de septiembre y seguridad en los Estados grancaribeños hispanohablantes**. In Seminario hacia la construcción de un sistema internacional del siglo XXI, 2006.
- FONT, Joan & RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, Globalização e identidade**. SP, Annablume, 2006.
- GOMES DA COSTA, M.. **Brasil e Zopacas: A manutenção do *status quo* e a projeção no Atlântico Sul**. In Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI) 2013.
- HEINSFELD, Adelar. **Pensamento geopolítico: da geopolítica clássica às novas geopolíticas**. Passo Fundo. Clio Livros, 2008.
- MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2001
- MORGENTHAU. Hans J., **Política entre as Nações**. Brasília, Editora UnB, 2002.
- POSEN, Barry R. **Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony**. International Security. Vol. 28, Nº 1. MIT Press Journals, 2003.
- TANNO, Grace. **A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional**. Contexto int. 2003, vol.25, n.1, pp. 47-80
- WILLIAMS, Paul. **Security Studies**. New York, Routledge, 2008.